



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO - BRASILEIRA**

**INSTITUTO DE HUMANIDADES – IH CURSO DE BACHARELADO EM
HUMANIDADES**

LAIZA GRIZIELI OLIVEIRA SILVA

**O CORPO DA MULHER NEGRA NO CEARÁ: ENTRE A
MARGINALIZAÇÃO SOCIAL E AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA
IDENTITÁRIA E CULTURALAA**

ACARAPE

2025

LAIZA GRIZIELI OLIVEIRA SILVA

**O CORPO DA MULHER NEGRA NO CEARÁ: ENTRE A
MARGINALIZAÇÃO SOCIAL E AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA
IDENTITÁRIA E CULTURAL**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de projeto de pesquisa do Curso de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial a obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Profa. Dra. Janaina Campos Lobo.

ACARAPE

2025

LAIZA GRIZIELI OLIVEIRA SILVA

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de projeto de pesquisa do Curso de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial a obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Profa. Dra. Janaina Campos Lobo

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Janaina Campos Lobo (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

RESUMO

Embora vivamos em uma época na qual o racismo é frequentemente tratado como velado no Brasil, têm se tornado cada vez mais evidentes os ataques racistas, especialmente quando as vítimas são mulheres negras. Partindo dessa constatação, este projeto de pesquisa propõe uma reflexão sobre a representação da mulher cearense negra, historicamente reduzida à condição de corpo, um corpo vulnerável às discriminações de gênero, raça e classe, herdeiro de uma identidade forjada nos escombros da escravidão e sob a dominação patriarcal-colonial. No caso específico do Ceará, estereótipos racistas e sexistas moldam percepções sobre essas mulheres, reforçando sua exclusão dos padrões sociais de beleza e valorização. Neste cenário, os apelos midiáticos emergem como agentes importantes na reprodução de estigmas patriarcais, que privilegiam corpos brancos e eurocentrados, acentuando a invisibilização e desumanização da mulher negra. A metodologia adotada baseia-se em referenciais teóricos como bell hooks e Sueli Carneiro, que abordam a interseccionalidade, entendida como a sobreposição de diferentes formas de opressão, como racismo, sexismo, classismo, homofobia e capacitismo, como chave para compreender tanto os mecanismos de marginalização quanto as formas de resistência construídas por essas mulheres. Além disso, busco discutir a autodeclaração racial como reflexo das tensões identitárias vividas por mulheres negras, frequentemente atravessadas por pressões sociais, apagamentos e o medo da exclusão. O objetivo central é analisar os impactos da marginalização social na construção da percepção e da representação do corpo da mulher negra no Ceará, investigando como estereótipos e desigualdades estruturais moldam sua vivência cotidiana. Este estudo se justifica pela urgência de problematizar essas violências e, a partir disso, responder às seguintes questões: qual o impacto da marginalização social na percepção e representação do corpo da mulher negra no Ceará? E quais estratégias identitárias e culturais têm sido mobilizadas por essas mulheres como formas de resistência?

Palavras-chave: Racismo. Mulher negra. Resistência. Marginalização

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. OBJETIVO GERAL	12
2.1 Objetivos Específicos	12
3. PROBLEMATIZAÇÃO.....	13
4. HIPÓTESES	14
5. METODOLOGIA	15
6. JUSTIFICATIVA	17
7. FUNDAMENTAÇÃO	18
7.1 A Representação da Mulher Negra na Mídia e a Construção da Autoimagem	18
7.2 A Hipersexualização da Mulher Negra na Cultura Popular	19
7.3 Colorismo e a Construção da Identidade da Mulher Negra no Brasil	22
REFERÊNCIAS	27

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa traz a temática da marginalização das mulheres negras no Ceará, e a maneira como essa comunidade é colocada e percebida na sociedade. Assim, optou-se pela análise histórico racial e social no Estado, a forma como não se encontra critérios de inserção social dos corpos negros e análise da dificuldade de construção da identidade negra.

Nesse sentido falar sobre o corpo da mulher negra no Ceará é fundamental porque ele carrega as marcas históricas da escravidão, do racismo estrutural e da desigualdade de gênero, sendo constantemente alvo de estigmas, controle e violência simbólica. Ao mesmo tempo, esse corpo também é espaço de resistência, de criação e de afirmação identitária. Discutir esse tema é dar visibilidade às vozes silenciadas e reconhecer o protagonismo das mulheres negras na construção de novas narrativas sobre si mesmas e sobre o mundo em que vivem. É um passo essencial para desconstruir estereótipos e promover justiça social e epistemológica.

Essa pesquisa busca apresentar a realidade das mulheres cearenses, pois é um tema que envolve questões profundas entre as quais, racismo e representações sociais, refletindo as complexas dinâmicas de poder e privilégio que permeiam o estado. Ao longo da história, a mulher negra tem sido constantemente marcada por representações distorcidas e reducionistas que limitam suas possibilidades de atuação e a visão sobre sua própria essência. Essas construções sociais, que remontam ao período colonial e se perpetuam até os dias atuais, contribuem para a marginalização e sub-representação da mulher negra em diversos espaços sociais, culturais e profissionais.

O principal foco da pesquisa partiu primeiramente da minha inquietação pessoal, de buscar entender as minhas próprias origens como uma mulher negra, cearense, lésbica, de cabelos crespos e olhos escuros. A indagação sobre o tema aflorou ainda mais depois de assistir um filme sobre um batalhão de mulheres negras que serviam ao exército durante as guerras mundiais, em que, o batalhão 6888 é uma luta além do racismo, machismo, xenofobia e todos os próprios medos de cada mulher que fez parte daquele batalhão.

É difícil ser mulher e, principalmente, uma mulher negra. A mulher não é um sexo frágil, mas, frequentemente é associada a estereótipos negativos como a sexualização excessiva, a figura

da "mãe guerreira", ou a pessoa que ocupa o papel de cuidadora e serva, negando-lhe o reconhecimento da diversidade de suas experiências e de sua subjetividade.

Afinal, como é ser uma mulher negra? não encontramos uma resposta única, mas sim múltiplas respostas que variam conforme o local social, o tom da pele, os traços fenotípicos e os contextos históricos e culturais. O tom da pele e o modo como ele é lido socialmente opera como uma marca de poder. Pessoas negras de pele mais clara frequentemente vivenciam uma ambiguidade identitária: são “claras demais para serem negras”, mas continuam sendo marginalizadas e excluídas pelos padrões brancos. Essa lógica esbarra na ideia de “esbranquiçamento simbólico”, conforme discutido por Neusa Santos Souza (1983) em Tornar-se negro, onde a autora mostra os efeitos psíquicos do racismo na subjetividade de pessoas negras, que muitas vezes são levadas a negar sua identidade para alcançar uma suposta aceitação.

Portanto, refletir sobre o que significa ser uma mulher negra, e como a tonalidade da pele interfere nessa vivência, exige um olhar crítico e sensível às armadilhas da ideologia racial dominante. Exige, sobretudo, compreender que a identidade negra não é homogênea e que a luta antirracista precisa considerar as sutilezas das opressões que operam dentro do próprio campo racial. Como alguém sensível a essa realidade no dia a dia, me sinto diretamente tocada por essas questões. O corpo da mulher negra no Ceará carrega marcas históricas de opressão, mas também de força e resistência.

Ademais, a sexualização corpórea e opressões de mulheres negras durante o cotidiano é algo naturalizado na sociedade brasileira, e conseqüentemente no estado cearense, o que ressalta ainda mais o debate sobre como essas mulheres vivem diante dessas violências normatizadas pela sociedade. É importante que tenhamos um debate de forma mais frequente nos espaços educacionais e nas próprias instituições governamentais para que possamos compreender as marcas deixadas por essa violência e o processo de aceitação das mulheres para com sua identidade.

Esse estudo se justifica pela necessidade de problematizar essa realidade social e responder a seguinte questão: qual o impacto da marginalização social na percepção e representação do corpo da mulher negra no Ceará? Como as estratégias de resistência identitária e cultural têm sido construídas para enfrentar essas opressões?

A partir dessa análise, pretende-se contribuir para a promoção de uma maior equidade social e cultural, respeitando as múltiplas identidades e subjetividades que compõem o universo das mulheres negras. Além disso, resistir também é um ato político e cultural. A partir de uma abordagem crítica, pretende-se entender o impacto desses estigmas na autoestima e no acesso a oportunidades sociais, além de discutir como a mulher negra tem se posicionado na luta por sua desestigmatização e por uma representação mais justa e plural.

2. OBJETIVO GERAL

- Analisar os impactos da marginalização social na construção da percepção e representação do corpo da mulher negra no Ceará, investigando como os estereótipos e desigualdades estruturais influenciam sua vivência cotidiana.

2.1 Objetivos Específicos

- Compreender de que maneira a sociedade cearense enxerga o corpo das mulheres negras na contemporaneidade, considerando os contextos sociais, culturais e midiáticos locais que influenciam a construção de estereótipos sobre raça e gênero.
- Verificar quais estratégias têm sido utilizadas por mulheres negras no estado do Ceará para combater estigmas e estereótipos raciais que desvalorizam sua imagem, especialmente no que se refere à luta por reconhecimento, valorização e ocupação de espaços de poder e prestígio, como cargos políticos, acadêmicos, profissionais e culturais.
- Entender as estratégias de resistência identitária e cultural desenvolvidas por essas mulheres para enfrentar as opressões, promovendo uma reflexão crítica sobre os caminhos para maior visibilidade, reconhecimento e justiça social.

3. PROBLEMATIZAÇÃO

Parto da seguinte pergunta de pesquisa: qual o impacto da marginalização social na percepção e representação do corpo da mulher negra no Ceará? Como as estratégias de resistência identitária e cultural têm sido construídas para enfrentar essas opressões?

Problema principal:

- Quais são as principais dificuldades enfrentadas por mulheres negras no estado do Ceará para a aceitação e valorização das marcas de sua negritude, e de que maneira elas constroem estratégias de resistência frente aos estereótipos raciais que limitam seu acesso a espaços de visibilidade e prestígio?

Problemas específicos

- Por que o corpo das mulheres é visto de forma negativa em comparação aos corpos brancos?
- Como ocorre a inserção de mulheres negras no mercado de trabalho, especialmente em cargos de liderança?

4. HIPÓTESES

Hipótese principal

Apesar da marginalização histórica sofrida pelas mulheres negras no Ceará, elas constroem, por meio de práticas culturais, sociais e políticas, estratégias de resistência que reafirmam suas identidades e desafiam as estruturas racistas e patriarcais que tentam silenciá-las.

Hipóteses secundárias

- As mulheres negras internalizam as atribuições negativas direcionadas ao seu corpo, comparando-a aos corpos brancos;
- A escolaridade é a principal arma utilizada pelas mulheres negras para serem inseridas no mercado de trabalho.

5. METODOLOGIA

A pesquisa será conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, considerando que o objetivo principal é analisar os impactos da marginalização social na construção da percepção e representação do corpo da mulher negra no Ceará, investigando como os estereótipos e desigualdades estruturais influenciam sua vivência cotidiana. Para tanto, será adotada a combinação de diferentes técnicas de coleta e análise de dados, o que permitirá uma compreensão profunda e detalhada do fenômeno.

A investigação dos estereótipos será realizada em contextos sociais variados, com ênfase em ambientes urbanos marcados por diversidade étnico-racial e desigualdades estruturais, como comunidades periféricas, espaços educacionais, ambientes de trabalho e redes sociais digitais do estado do Ceará, até mesmo na própria Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira.

Esses espaços foram escolhidos por concentrarem vivências significativas e contrastantes que revelam como os estereótipos são reproduzidos, enfrentados ou ressignificados pelas mulheres negras. Trazendo para meu panorama de vida, sempre tive muita dúvida de qual forma eu deveria me definir, como eu gostaria de ser vista, como eu gostaria de ser chamada, será que eu sou aceita pela sociedade dessa forma, ou preciso me moldar pra caber; e analisando essas indagações, percebo que existem aqueles produtos para clareamento de pele, e segundo o relatório mais recente da OMS, 77% das mulheres nigerianas usam produtos para deixar a pele mais branca, ou seja, muitas mulheres não aceitam a sua cor natural.

Os dados serão coletados a partir de entrevistas em profundidade com mulheres negras de diferentes faixas etárias, níveis de escolaridade e ocupações, além de grupos focais que permitirão observar as dinâmicas coletivas e os discursos compartilhados. Também será realizada análise documental e midiática, abrangendo materiais como postagens em redes sociais, matérias jornalísticas, campanhas publicitárias, filmes, séries e conteúdos escolares, com o intuito de identificar padrões de representação da mulher negra.

Complementarmente, serão analisados relatos autobiográficos e produções artísticas (como literatura, música e performances) criadas por mulheres negras, com o objetivo de compreender como elas elaboram suas identidades a partir e muitas vezes apesar dos estereótipos historicamente impostos. A triangulação desses dados permitirá captar tanto as manifestações explícitas quanto as mais sutis dos estereótipos e seus efeitos na subjetividade e nas relações sociais dessas mulheres.

6. JUSTIFICATIVA

A maioria das mulheres negras cresce escutando aspectos negativos sobre seu corpo especial sobre a sua pele e seu cabelo, fazendo com que desde adolescência a vida adulta tenha baixa estima, já que esses perduram ao longo da vida. além disso, o fato da baixa estima é reforçada quando elas não encontram representatividade de características físicas em filmes e desenhos.

Essa construção social do corpo da mulher negra como algo “à margem” dos padrões estéticos e culturais dominantes não é apenas uma questão de imagem, mas um reflexo profundo do racismo estrutural. Autoras como Grada Kilomba, especialmente no livro *Memórias da Plantação*, apontam que os corpos negros são sistematicamente associados à inferioridade e à subalternidade, o que compromete a construção subjetiva dessas mulheres desde muito cedo. Já Sueli Carneiro destaca como o racismo, especialmente o estético, é um mecanismo de exclusão e controle social, que atinge diretamente a mulher negra ao desvalorizar suas características e cultura.

Dados do Instituto Locomotiva e da ONU Mulheres mostram que mais de 60% das mulheres negras brasileiras já sofreram algum tipo de preconceito relacionado à sua aparência física. Além disso, pesquisas como a do IPEA (2022) indicam que mulheres negras ocupam os piores indicadores de qualidade de vida, acesso à educação e renda, revelando como essa marginalização é também estrutural. Diante disso, resolvi buscar compreender a forma que as mulheres negras afirmam a sua resistência para fugir da marginalização patriarcal presente no estado do Ceará.

Diante disso, é fundamental discutir como essas mulheres, sobretudo no contexto do Ceará, onde o apagamento da cultura negra ainda é evidente, constroem formas de resistência. Seja por meio de movimentos culturais, práticas religiosas afrocentradas, produção artística, educação ou ativismo político, essas estratégias reafirmam suas identidades e desafiam a lógica racista e patriarcal que historicamente as tenta silenciar. Entender essa dinâmica é essencial para desconstruir estigmas e valorizar identidades que resistem, mesmo diante de séculos de opressão.

7. FUNDAMENTAÇÃO

7.1 A Representação da Mulher Negra na Mídia e a Construção da Autoimagem

A mulher negra, ao longo da história, foi constantemente associada a uma série de estereótipos, como a sexualização excessiva, a submissão ou a sobrecarga de trabalho, o que contribui para a desumanização e a desvalorização de suas identidades e experiências. Esses estereótipos foram intensificados por narrativas coloniais, onde o corpo da mulher negra foi tratado como objeto, seja no contexto da escravidão, seja nas representações mais contemporâneas (hooks, 1995).

A condição de mulher e negra, o papel histórico que as mulheres desempenham nas suas comunidades, a comunidade de destino colocado para homens e mulheres negras pelo racismo e pela discriminação impedem que os esforços de organização das mulheres negras possam se realizar dissociados da luta geral de emancipação do povo negro. Portanto, o ser mulher negra na sociedade brasileira se traduz na tríplice militância contra os processos de exclusão decorrentes da condição de raça, sexo e classe. (CARNEIRO, 2002, p.181)

Essa citação de Sueli Carneiro leva a reflexão sobre as lutas das mulheres negras no Brasil. de acordo com a autora a condição de ser mulher e negra não pode ser separada dos desafios históricos e sociais que afetam a população negra como um todo. Ainda Carneiro (2002) destaca que o racismo e a discriminação criam uma "comunidade de destino" para homens e mulheres negras, ou seja, uma realidade compartilhada de opressão. Dentro desse contexto, as mulheres negras enfrentam uma tripla militância: elas lutam contra a exclusão racial, contra a desigualdade de gênero e contra as barreiras impostas pela classe social.

Em outras palavras, a emancipação das mulheres negras não pode ocorrer isoladamente da luta geral pela liberdade e igualdade da população negra. Suas experiências e desafios estão entrelaçados com as estruturas de opressão, o que exige um ativismo que englobe todas essas dimensões. Essa perspectiva é essencial para compreender as demandas do movimento de mulheres negras e sua importância na construção de uma sociedade mais justa.

De modo geral, falar sobre os estereótipos que a sociedade brasileira criou em relação ao corpo da mulher negra, é resgatar um patriarcado que traz uma representação de opressão e sexualização, visto que, vivemos em uma sociedade que constantemente faz uma influência pela mídia digital, promovendo o corpo da mulher branca, de olhos claros, cabelos lisos, como um alto nível de beleza, fazendo com que o corpo da mulher negra seja visto como “fora do padrão”.

A construção de estereótipos sobre a mulher negra é um processo histórico e social que sustenta a marginalização dessa população. Segundo Sueli Carneiro (2013), essas imagens estigmatizadas têm origem no período colonial, quando a violência sexual contra as mulheres negras estruturou a base das hierarquias de gênero e raça. A autora afirma que essa violência “é o ‘cimento’ de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades” (CARNEIRO, 2013, p. 1).

Esses estereótipos, como o da mulher negra hipersexualizada, da empregada submissa ou da figura naturalmente resistente e trabalhadora, reforçam uma identidade de objeto, desumanizando essas mulheres e limitando sua atuação social. Carneiro enfatiza: “Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis e de senhores de engenho tarados. Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas” (CARNEIRO, 2013, p. 2)

O estudo sobre o corpo da mulher negra no contexto cearense exige uma abordagem teórica que vá além das análises simplificadas de gênero, incorporando as intersecções com raça e classe. Conforme aponta Sueli Carneiro (2013), “um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas – como são as sociedades latino-americanas – tem como principal eixo articulador o racismo” (p. 3). Essa perspectiva crítica surge como resposta ao discurso hegemônico do feminismo branco, que, ao negligenciar as especificidades das mulheres negras, contribui para a sua invisibilização dentro dos próprios movimentos feministas.

7.2 A Hipersexualização da Mulher Negra na Cultura Popular

Essa questão está diretamente ligada a um processo histórico e social de desumanização dos corpos negros, em especial das mulheres negras, que foram e continuam sendo hipersexualizados, marginalizados e desvalorizados.

A reflexão sobre a imagem das mulheres também é uma parte importante do enfrentamento a estereótipos discriminatórios que autorizam violências. No caso específico das mulheres negras, no Brasil, esses estereótipos são agravados pela carga histórica escravagista de objetificação e subalternidade que reforçam mitos racistas como o da mulher negra hipersexualizada sempre disponível. (INSTITUTO PATRICIA GALVÃO, 2015, p. 5)

No Ceará, como em outras regiões do Brasil, o corpo da mulher negra é atravessado por uma série de estigmas sociais que o tornam alvo de múltiplas opressões. Contudo, essas mulheres também constroem estratégias de resistência cultural e identitária que reconfiguram o modo como ocupam os espaços sociais.

¹Uma das formas de resistência é a valorização da cultura afro-brasileira por meio de manifestações como os maracatus e afoxés, que reafirmam a ancestralidade africana e fortalecem a identidade negra no estado. Além disso, iniciativas como a Rede de Mulheres Negras do Ceará promovem ações educativas e de combate ao racismo, ampliando o diálogo sobre letramento racial e fortalecendo o pertencimento identitário.

Segundo Cicera Nunes, no Cariri cearense, mulheres negras desempenham um papel central na preservação da cultura de matriz africana, transmitindo conhecimentos e tradições por meio da oralidade e da memória coletiva. Estudos indicam que essas mulheres são protagonistas na produção cultural e na luta pela valorização da identidade afrodescendente na região. Essas estratégias de resistência demonstram que, apesar das opressões históricas, as mulheres negras no Ceará seguem reafirmando sua identidade e ocupando espaços sociais de forma ativa e transformadora.

Um aspecto relevante nessa discussão é a questão da autodeclaração racial. Embora o Censo de 2022 tenha revelado que 45,3% da população brasileira se declarou parda, esse número pode refletir muito mais do que apenas uma categoria estatística pode ser também a expressão de uma identidade racial fragmentada, construída sob pressões sociais e raciais. Muitas mulheres que se autodeclararam pardas o fazem não por uma identificação consciente com essa categoria, mas por dúvida, confusão ou medo da rejeição.

¹ Cicera Nunes. NARRATIVAS DE MULHERES NEGRAS: CULTURA DE BASE AFRICANA E EDUCAÇÃO NO CARIRI CEARENSE <https://mapacultural.secult.ce.gov.br/> acesso

Há casos em que essas mulheres não se reconhecem como negras porque alguém, geralmente também negro, lhes afirmou que sua pele clara não as qualificava como tal. Isso evidencia o quanto o colorismo a discriminação baseada no tom de pele opera como uma força silenciosa, mas poderosa, na construção da identidade racial no Brasil. Assim como diz a Estudante Larissa Lins, de 24 anos, em uma entrevista para o G1 “mas aí eu era clara demais pra ser preta, e escura demais pra ser branca”.

Essa complexidade identitária demonstra a importância de um feminismo negro que reconheça a pluralidade de vivências das mulheres racializadas, bem como os efeitos do racismo estrutural na formação da autoimagem e da autoidentificação. Ao articular as dimensões de gênero, raça e classe, esse referencial teórico possibilita uma compreensão mais profunda das estratégias de resistência construídas pelas mulheres negras cearenses frente à marginalização histórica de seus corpos e vozes.

Outro fator importante para se falar é sobre o cabelo da mulher negra, o que ele traz acerca da sua vivência, qual a história ele conta sobre a luta das mulheres negras. O cabelo, para além da estética, carrega um peso simbólico e político. Ele é, muitas vezes, uma extensão da identidade e da resistência das mulheres negras, que historicamente enfrentaram processos de apagamento cultural, inclusive por meio da imposição de padrões eurocêntricos de beleza.

No entanto, é preciso compreender que o cabelo não deve ser usado como único marcador da negritude. Ter o cabelo liso, por exemplo, não significa deixar de ser uma mulher negra. A nossa formação social miscigenada inclui também heranças indígenas, cujos fios lisos se manifestam em muitos corpos racializados, sem que isso apague sua identidade negra.

Definido por muitos como “a moldura do rosto”, o cabelo pode dar informações sobre as origens, pertencimentos a grupos sociais e hábitos de uma pessoa, aproximando ou afastando indivíduos enquanto elementos de identidade corporal. Eles possuem uma grande capacidade de expressão simbólica, vinculados a um contexto sociocultural (KING, 2015, p. 8)

A marginalização social das mulheres negras se estrutura não apenas pela cor da pele, mas também pelos traços fenotípicos. Mulheres negras de pele mais clara, com cabelos lisos e olhos castanhos, muitas vezes são colocadas em um lugar de “liminaridade”, no qual suas vivências raciais são questionadas tanto pela branquitude quanto por setores do próprio movimento negro.

Essa fronteira ambígua reforça o mito da democracia racial, invisibilizando as violências simbólicas e estruturais que essas mulheres continuam sofrendo como o racismo recreativo, o estereótipo da “mulata” hipersexualizada e o apagamento de sua identidade negra nos espaços de poder e de visibilidade.

Os corpos não podem ser representados ou compreendidos como entidades em si mesmos ou simplesmente num *continuum* linear com seus extremos polares ocupados por corpos masculinos ou femininos (com as várias gradações de indivíduos “intersexuados no meio”), mas como um campo, um *continuum* bidimensional no qual a raça (formam especificações corporais (GROSZ, 2000, p. 78)

7.3 Colorismo e a Construção da Identidade da Mulher Negra no Brasil

É importante considerar que a identidade é múltipla e atravessada por vários elementos. A autora Djamila Ribeiro (2017), em sua obra *Quem tem medo do feminismo negro?* afirma que “o corpo negro é político, e o cabelo é uma extensão disso. Mas é preciso cuidado para que a luta não se transforme em um novo tipo de normatividade dentro do próprio movimento.” Assim, a escolha estética, seja pelo cabelo natural, alisado ou liso por origem, deve ser respeitada dentro da diversidade das vivências negras, sem que isso implique em menor pertencimento ou autenticidade. Nesse sentido Grosz (2000) ressalta.

Os corpos não podem ser representados ou compreendidos como entidades em si mesmos ou simplesmente num *continuum* linear com seus extremos polares ocupados por corpos masculinos ou femininos (com as várias gradações de indivíduos “intersexuados no meio”), mas como um campo, um *continuum* bidimensional no qual a raça (e possivelmente até a classe, a casta ou a religião) formam especificações corporais (GROSZ, 2000, p. 78)

A escritora e filósofa Sueli Carneiro (2003) contribui para essa análise ao afirmar que “o racismo à brasileira opera por um sistema de gradações de pertencimento racial, onde quanto mais distante o sujeito está dos traços negros estigmatizados, mais chances tem de ser socialmente aceito, sem que isso elimine o racismo que o atravessa”. Esse racismo de gradação atinge diretamente mulheres negras de pele clara, que por vezes se veem pressionadas a “performar” uma identidade mais próxima de estereótipos esperados da negritude, como forma de validação.

Apesar disso, estratégias de resistência têm sido construídas. Muitas mulheres negras de traços mais miscigenados têm ocupado espaços e tensionado o debate identitário. Nomes como Taís Araújo, que mesmo sendo frequentemente questionada sobre seu lugar de fala por não possuir um fenótipo tido como “típico”, se afirmar enquanto mulher negra em sua atuação política e artística, servem como exemplo. A cantora Iza, com cabelo naturalmente crespo, mas muitas vezes apresentado de forma lisa ou alisada, também provoca uma discussão sobre a pluralidade da estética negra. Essas mulheres não apenas resistem por meio da ocupação de espaços, mas também desafiam a normatividade da negritude única, mostrando que a identidade negra é múltipla, complexa e profundamente enraizada na experiência de exclusão, mas também de reinvenção.

Ser negro sem ser somente negro, ser mulher sem ser somente mulher, ser mulher negra sem ser somente mulher negra. Alcançar a igualdade de direitos é converter-se em um ser humano pleno e cheio de possibilidades e oportunidades para além de sua condição de raça e de gênero. Esse é o sentido final dessa luta (CARNEIRO, 2003, p. 5).

Tendo visto isso, é fundamental entender que o pertencimento racial não se dá apenas por características visuais, mas pela vivência social e pelas marcas do racismo que perpassam a existência dessas mulheres. A resistência se dá na afirmação dessa identidade diversa e na luta por reconhecimento em uma sociedade que insiste em padronizar e excluir. O cabelo, nesse contexto, é símbolo e metáfora: tanto de dor quanto de potência.

Nesse sentido, a crítica aos estereótipos deve ser acompanhada da valorização das experiências e vozes das mulheres negras como agentes políticas. Carneiro reforça que a luta dessas mulheres promove a síntese das bandeiras dos movimentos negros e feministas, ao “enegrecer as reivindicações das mulheres” e “feminizar as propostas do movimento negro” (CARNEIRO, 2013, p. 3). Para superar os estereótipos que reduzem e marginalizam a mulher negra, é fundamental adotar uma perspectiva interseccional, que não apenas reconheça as múltiplas opressões vividas, mas também potencialize o protagonismo político e social dessas mulheres, em busca de uma sociedade mais igualitária.

“A interseccionalidade permite compreender como as opressões de gênero, raça e classe se entrelaçam, impactando diretamente a participação política das mulheres negras e exigindo estratégias específicas de resistência e protagonismo.” (SILVA, 2020, p.48)

No contexto dos formulários e fichas de identificação étnico-racial, frequentemente utilizados por instituições públicas e privadas, destaca-se a recorrente necessidade de autodeclaração de cor ou raça, com opções como “branca”, “preta”, “parda”, entre outras. Essa categorização, embora tenha como objetivo subsidiar políticas públicas de promoção da igualdade racial, revela complexidades relacionadas à construção da identidade e da autoestima, especialmente entre mulheres negras.

A autodeclaração racial é um instrumento fundamental para o reconhecimento da identidade e para a formulação de políticas públicas que promovam equidade. No entanto, é preciso compreender que essa categorização também carrega desafios, especialmente para mulheres negras, que enfrentam processos históricos de apagamento e discriminação." (GENOT, 2024, p. 145-150)

Vale ressaltar que a categoria “parda”, em particular, suscita debates importantes. Muitas pessoas que poderiam ser racializadas como negras optam por essa classificação ou por termos como “morena” ou “mulata”, o que revela, em parte, os efeitos do racismo estrutural na forma como indivíduos percebem a si mesmos. Como argumenta Kabengele Munanga (2004), o racismo à brasileira opera através da negação da negritude e da valorização do embranquecimento, o que leva muitos sujeitos a se distanciarem da identidade negra como forma de evitar o estigma social associado a ela, mostrando que, os documentos registrados em cartório sempre define a sua cor de pele, a sua primeira auto declaração não é feita por você e sim por terceiros logo assim que sai da maternidade.

Para as mulheres negras, esse processo tem implicações profundas. A escolha por termos intermediários ou ambíguos pode ser interpretada como reflexo de um processo de negação identitária imposto historicamente, o que compromete a construção de uma autoestima positiva.

Segundo Sueli Carneiro (2003), a identidade da mulher negra no Brasil é marcada por uma história de invisibilidade e subalternização, que impacta diretamente sua autoimagem e sua valorização social. Contudo, a persistência de categorias ambíguas como “parda”, somada à ausência de um debate crítico sobre identidade racial nos espaços formais, dificulta o fortalecimento da identidade negra de mulheres negras. É fundamental, portanto, que as políticas de autodeclaração racial estejam acompanhadas de ações educativas que promovam a valorização da negritude e combatam o mito da democracia racial, ainda presente no imaginário social brasileiro.

"A trajetória das mulheres negras na educação brasileira é marcada por desafios, resistências e conquistas. Historicamente, a exclusão racial e de gênero limitou o acesso dessas mulheres à educação formal, tanto como alunas quanto como professoras e intelectuais. No entanto, ao longo dos séculos, elas construíram espaços de ensino e aprendizado que foram fundamentais para a formação de uma educação mais democrática e inclusiva." (REIS, et.al. 2025, p. 145-159)

É fundamental entender que o pertencimento racial não se dá apenas por características visuais, mas pela vivência social e pelas marcas do racismo que perpassam a existência dessas mulheres. A resistência se dá na afirmação dessa identidade diversa e na luta por reconhecimento em uma sociedade que insiste em padronizar e excluir. O cabelo, nesse contexto, é símbolo e metáfora: tanto de dor quanto de potência. Nesse cenário de resistência e luta por inserção social, a escolaridade desponta como uma das principais armas utilizadas pelas mulheres negras para romper o ciclo histórico de exclusão e conquistar espaço no mercado de trabalho. A educação não apenas amplia as possibilidades profissionais, mas também fortalece a autoestima, a consciência racial e a autonomia dessas mulheres.

A educação é um dos principais instrumentos de emancipação das mulheres negras, permitindo-lhes não apenas acesso ao mercado de trabalho, mas também o fortalecimento da identidade e da consciência racial." (RIBEIRO, 2017, p. 58).

Nesse contexto aponta-se o filme *Batalhão 6888* (2024), dirigido por Tyler Perry, é um poderoso exemplo dessa trajetória de superação. Baseado em fatos reais, ele retrata a história do único batalhão formado exclusivamente por mulheres negras norte-americanas durante a Segunda Guerra Mundial. Essas mulheres, embora enfrentassem racismo e sexismo tanto dentro quanto fora do exército, assumiram uma missão crítica e altamente estratégica: organizar e distribuir milhões de correspondências extraviadas dos soldados no front de batalha. A eficiência e a disciplina com que executaram essa tarefa foram possíveis graças à sua formação intelectual, organização e capacidade de liderança habilidades frequentemente ignoradas pela sociedade racista da época.

O filme evidencia que, mesmo diante da segregação, o conhecimento e a competência técnica foram armas fundamentais para que essas mulheres ganhassem respeito e deixassem um legado histórico. Essa realidade também se aplica ao contexto brasileiro. A historiadora Beatriz Nascimento já apontava que, desde o pós-abolição, mulheres negras buscaram a educação como via de ascensão social, mesmo diante das barreiras impostas por um sistema educacional excludente.

No entanto, ainda hoje, segundo dados do IBGE (2022), mulheres negras continuam sendo a maioria entre as que estão em empregos informais ou subalternizados, o que demonstra que a escolaridade, embora essencial, precisa ser acompanhada por políticas públicas antirracistas para surtir efeito pleno.

Logo, ao analisarmos o filme *Batalhão 6888* à luz da realidade contemporânea, fica evidente que a educação continua sendo um pilar essencial de resistência e transformação para mulheres negras. A escolaridade não apenas abre portas, mas ressignifica trajetórias que antes foram marcadas pela exclusão. Mulheres negras que estudam e se qualificam desafiam estigmas, reivindicam espaços de poder e escrevem novas histórias que, como as do batalhão retratado no cinema, merecem ser lembradas e valorizadas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Disponível em: www.unicap.br/neabi/?page_id=137. Acesso em: 16 abr. 2025.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Brasília: IPEA, 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 02/05/2025

INSTITUTO LOCOMOTIVA; ONU MULHERES. **Percepções sobre o racismo no Brasil – 2021**. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br>. Acesso em: 02/05/2025

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas sociais de gênero: uma análise dos resultados do Censo 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas sociais de gênero: uma análise dos resultados do Censo 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022: Características da população e dos domicílios: resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=2102011&view=detalhes>. Acesso em: 16 maio 2025.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GROSZ, E. **Corpos reconfigurados**. Cadernos Pagu, n. 14, p. 45–86, 2000. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635340/3139>. Acesso em: 26.mai 2025.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução: Jess Oliveira. São Paulo: Cobogó, 2019.

KING, Ananda Melo. **Os cabelos como fruto do que brota de nossas cabeças**. Geledés Instituto da Mulher Negra. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/os-cabelos-como-fruto-do-que-brota-de-nossas-cabecas/> Acessado em: 26 de mai. de 2025.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NUNES, Cícera. **Narrativas de mulheres negras: cultura de base africana e educação no Cariri cearense**. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica*, v. 6, n. 19, p. 1070-1083, 2021. Disponível em: Acesso em: 26 maio 2025.

REIS, João Olímpio Soares dos; VIEIRA, Maria Clarisse; REIS, Filomena Luciene Cordeiro. Educação e resistência: a mulher negra como protagonista na formação social brasileira. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, v. 10, n. 5, p. 145-159, maio 2025.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** São Paulo: Editora Letramento, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SILVA, Ana Cecília Ramos Ferreira da; MESQUITA, Marcos Ribeiro. **Interseccionalidade e participação política: a experiência de mulheres negras jovens feministas**. *Revista Psicologia Política*, v. 20, n. 48, p. XX-XX, 2020. Disponível em: Acesso em: 26 mai. 2025.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro em ascensão social**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SANTOS, Marcia Lima dos. **Desigualdades raciais no Brasil: reflexões sobre a interseccionalidade**. Revista de Ciências Sociais, v. 40, n. 2, p. 357–375, 2018.

PERRY, Tyler (Direção). **Batalhão 6888** [Filme]. Estados Unidos: Tyler Perry Studios, Netflix, 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas sociais de gênero: uma análise dos resultados do Censo 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.